COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO VIII PREÇO AVULSO: 50$00 Nº 74 MARÇO 1992

Cumplicidades americanas no genocídio do povo timorense

Numa recente conferência realizada na Universidade norte-americana de Cornell sobre Timor-Leste, o professor de Estudos Internacionais naquela universidade A.B. Anderson, abordou a cumplicidade da Administração norte-americana na tragédia de Timor-Leste.

É essa intervenção que aqui reproduzimos.

"O que me proponho fazer no tempo disponível é, não falar sobre a Indonésia, mas sobre os EUA.

Estes têm uma enorme responsabilidade nas catástrofes e tragédias que ocorreram em Timor-Leste durante estes anos. Quando falo dos EUA não me refiro, obviamente, aos cidadãos americanos nem mesmo ao Congresso. Refiro-me, mais precisamente, a uma série de Administrações, começando na do Presidente Ford e terminando na do Presidente Bush.

Gostaria de salientar quatro aspectos que ilustrarão quatro facetas da profunda cumplicidade da Casa Branca com o que aconteceu em Timor-Leste e, depois, gostaria de fazer uma breve descrição das razões que julgo estarem por detrás desta cumplicidade. Gostaria de concluir com algumas observações sobre os motivos que me levam a pensar que a situação actual se alterou substancialmente em relação à existente há, digamos, dez ou mesmo cinco anos atrás.

Primeiro, a cumplicidade directa do governo Americano na invasão inicial já foi aqui referida. Alan Nairn levantou esta questão e teve toda a razão em fazê-lo. O facto é que quando o Presidente Ford e Henry Kissinger chegaram a Jacarta, mesmo antes da invasão, a Administração estava completamente informada do que os indonésios planeavam fazer. E o mais importante é que eles estavam informados de que 90% das armas que os indonésios iriam utilizar na invasão de Timor-Leste eram fornecidas pelos EUA. Também estavam conscientes do facto de essas armas terem sido entregues à Indonésia ao abrigo de um acordo bilateral EUA/Indonésia assinado em 1958. Este acordo estabelecia como condição para a entrega das armas a sua não utilização para fins externos. O que aconteceu realmente foi que os EUA fecharam os olhos à utilização de armas americanas, fecharam os olhos à invasão e também fecharam os olhos ao facto do governo indonésio ter violado um acordo de que os EUA eram uma das partes interessadas. De facto, o que Kissinger disse aos indonésios foi: "*Bem, avancem, mas assegurem-se de que acabam rapidamente*". O primeiro ponto, pois, é a implicação directa do regime Kissinger/Ford na brutal violação inicial do direito do povo timorense a determinar o seu futuro.

O segundo aspecto que gostaria de abordar é que um pequeno território como Timor-Leste, que luta contra um país poderoso como a Indonésia - que conta, pelas mais variadas razões, com muitos aliados externos - teve a seu favor, pela menos inicialmente, uma enorme simpatia a nível mundial. Foi muito importante para os timorenses o acesso ao mundo exterior. Até 1982, a A.G. da ONU aprovou todos os anos uma resolução condenando a invasão indonésia e exigindo ou pedindo a sua retirada de Timor-Leste. O que sempre foi ignorado, evidentemente, pela Indonésia. O ponto crucial é que sempre que a ONU abordou o problema, sempre que a questão foi debatida na ONU, sempre que no Conselho de Segurança se falou no assunto, Timor-Leste esteve visível internacionalmente. E aqui está o segundo papel crucial desempenhado pelos EUA. O personagem chave foi, desde 1976, o agora Senador Patrick Moynihan que era, na altura, o representante dos EUA na ONU. Nas suas memórias vangloria-se de ter trabalhado muito, a partir de 1976, usando todos os meios que os EUA tinham ao seu alcance e seguindo, evidentemente, instruções da Casa Branca, para destruir pouco a pouco, para reduzir o apoio a Timor-Leste e a outros lugares do mundo também em luta, de tal maneira que o apoio a Timor-Leste diminuiu gradualmente até desaparecer da agenda em 1983. Isto quer dizer que os EUA desempenharam um papel central no retirar Timor-Leste das atenções do mundo. Este é o segundo aspecto. Os EUA tiveram um papel central no silenciamento, a nível mundial, da questão de Timor-Leste.

Em terceiro lugar, durante os primeiros anos da invasão, os indonésios lutaram com grandes dificuldades, como disse José Guterres. Efectivamente, o Departamento de Estado americano reconheceu em fins de 1977 - cerca de dezoito meses após a invasão - que apenas um terço da população de Timor-Leste estaria sob controlo indonésio. Dois terços estavam ainda sob controlo da resistência. Isto era uma situação intolerável para os comandantes militares em Jacarta.

NESTE NÚMERO:

- As cumplicidades americanas
- O teste de Genebra

Precisavam de ajuda. Precisavam de algo que conseguisse trazer a população para o controlo governamental. A única forma seria forçar as pessoas a deslocarem-se das montanhas no interior de Timor-Leste para as planícies perto das cidades onde elas poderiam ser colocadas em campos de refugiados sob o controlo directo dos militares. Para isto seria necessário desalojá-las das montanhas. Foi aqui que os EUA desempenharam o seu terceiro papel crucial ao começar a embarcar, em fins de 1976 como José Guterres mencionou, OV10 Broncos - um avião utilizado no período da guerra do Vietnam para apoiar acções de contra-guerrilha. Este avião tem grande poder de fogo, opera muito perto do solo e pode ser utilizado para destruir colheitas e aterrorizar populações rurais. Mais do que qualquer outra coisa foram os OV10 que fizeram as pessoas fugir das montanhas e vales, para longe da fome e do medo, e ir para as planícies onde foram colocadas em enormes campos de concentração.

O que ressalta deste facto e que vos dá uma ideia de como a Casa Branca trabalha - isto passou-se no fim da administração Ford e no inicio da de Carter - é que o Secretário de Estado para o Extremo Oriente informou o Congresso de que os EUA estavam tão profundamente chocados pelas acções da Indonésia em Timor-Leste que tinham decidido suspender a entrega de armas à Indonésia para exprimir a grande preocupação da Casa Branca. Claro que isto se revelou ser uma completa mentira. Benjamim Rafkin provou, posteriormente, que durante todo o período da tal suspensão de armas devido ao grande choque, os OV10 Broncos continuaram a ser enviados. Para além disso, e ainda mais absurdo, o governo Indonésio nunca foi informado de que a entrega dessas armas tinha sido suspensa. O que tinha lógica pois elas continuaram sempre a chegar.

Aqui está mais um elemento importante da cumplicidade americana. Foi neste período que ocorreram as enormes perdas de vidas da população timorense. Dezenas de milhar de pessoas morreram devido à fome e a doenças associadas a esta, colocadas em campos sem meios de sobrevivência, privadas da terra onde sempre tinham vivido, assim como devido às habituais matanças, execuções e outras atrocidades. Ninguém, nem sequer o Ministro de Negócios Estrangeiros - não o actual mas o anterior, que julgo viver aqui - sabe quantas pessoas morreram. Numa estimativa deste ministro, comunicada por ele, foi calculado que morreram cerca de 150.000 pessoas, o que corresponde a um quarto ou a um terço da população. O anterior vice-presidente da Indonésia, Adam Malik, disse uma vez em público que "*Bom, 50.000, 80.000 e depois?*". Se não fossem os OV10 Broncos e as campanhas anti-guerrilha associadas, essas pessoas não teriam morrido.

A última coisa que quero aqui mencionar é que quando a situação se tornou extremamente grave, em 1978, o embaixador americano - era então embaixador o Edward Masters - foi finalmente, três anos depois da invasão, a Timor-Leste com um jornalista do **New York Times**, William Keagan, e mais outros diplomatas. Keagan relatou em Setembro daquele ano que todos os embaixadores tinham ficado profundamente chocados com as condições a que assistiram: fome, etc,etc. Algo tinha de ser feito. Contudo, verificou-se que tudo ficou na mesma. Documentos internos do Departamento de Estado mostram que só em Junho de 1979, nove meses depois de terem ficado tão profundamente chocados, foi feita uma proposta para dar ajuda humanitária à população de Timor-Leste. E para este atraso existe apenas uma razão, simples: é que o governo Indonésio disse "*Agora não queremos ajuda. Temos de ter primeiro o controlo da situação*". "*Está bem. Se é assim que querem, não faremos nada*".

São estes, pois, os quatros elementos importantes a referir: cumplicidade na invasão inicial, cumplicidade na remoção de Timor-Leste das agendas internacionais, cumplicidade nas campanhas contra-guerrilha que levaram a percas de vida extraordinárias e cumplicidade em não dar ajuda humanitária quando tal poderia ter sido feito.

Agora, sobre as razões para esta cumplicidade, penso que toda a gente as tem presentes. Todavia vou mencioná-las rapidamente. Primeiro, o facto da Indonésia ser um país muitissimo rico em recursos, situado entre os oceanos Pacífico e Índico e um dos canais cruciais entre estes dois oceanos contornar o território timorense. É um canal de águas profundas e o governo indonésio fez um acordo secreto com o governo dos EUA que permite que os submarinos nucleares americanos passem nestas águas sem vir à superfície. Normalmente, em águas de outros países, os submarinos nucleares têm de vir à superfície. Os EUA pediram à Indonésia para os seus submarinos não emergirem para não serem vistos pelos satélites soviéticos. Em segundo lugar, temos o petróleo e as oportunidades de lucro que o governo de Jacarta pôs à disposição dos empresários americanos. Terceiro: a gratidão de Washington ao Presidente Suharto por conseguir, em 1965, a eliminação do Partido Comunista Indonésio (com 3 milhões de aderentes) numa campanha cujo resultado foi meio milhão de pessoas massacradas, não em Timor-Leste mas na Indonésia, libertando o maior país da zona da ameaça comunista - numa altura em que os EUA estavam a lutar com grandes dificuldades na Indochina - sem se ter desperdiçado uma única gota de sangue americano. Por isso, os EUA tinham que lhes agradecer. Também deve ser dito que Timor-Leste foi pouco feliz com o momento em que declarou a sua independência, no final de 1975, pois este foi o ano em que os países da Indochina passaram para as mãos de comunistas e em que os EUA foram humilhados no Vietnam. Por isso, foi uma altura pouco oportuna para desafiar a Indonésia, especialmente quando os militares indonésios diziam "*É melhor ter cuidado. Vai existir um estado comunista em Timor-Leste e vai espiar o que fazem os submarinos nucleares*". E, finalmente, a última coisa que penso que deve ser referida é a moderação do governo Indonésio na OPEP, depois de 1973 e, por isso, também ganhou as boas graças dos EUA, numa altura de grandes aumentos do preço do petróleo.

A minha questão é a seguinte: será que a situação se alterou de forma significativa? Diria que em alguns aspectos, sim. Primeiro que tudo, a questão dos submarinos nucleares e a passagem pelos estreitos timorenses já não é importante visto a Guerra Fria ter chegado ao fim. O terror do comunismo já não é, obviamente, uma justificação. Aquilo que seria justificável naquela altura já não o é nos nossos dias. Os EUA têm de responder ao massacre de Tiananmen e, como devem ter visto esta manhã no **Washington Post**, o editorial trata Timor-Leste como o Tiananmen da Indonésia. Também é verdade que o exemplo do Kuwait, que foi mencionado por algumas pessoas, está muito presente, mas também sabemos que os Estados Bálticos, que estiveram quarenta anos sob o domínio soviético, conseguiram recentemente a sua independência. Sabemos que a Eslovénia, a Croácia e também a Ucrânia deverão ter, como mínimo, alguma forma de autonomia e independência. Isto é, o mundo hoje em dia está muito mais aberto e disponível para rejeitar o tipo de poderio maquiavélico dos últimos anos. Muito mais disponível, julgo, para abordar os processos democráticos e o direito dos pequenos povos a não serem reprimidos pelos seus vizinhos mais poderosos.

Também é verdade que os EUA nunca aceitaram 'de jure' a integração de Timor-Leste na Indonésia. Só a aceitaram 'de facto', ao contrário do exemplo vergonhoso da Austrália que a aceitaram 'de jure' pela simples razão de quererem explorar os recursos petrolíferos de Timor-Leste juntamente com o governo indonésio. O facto de, mesmo agora, os Estados Unidos apenas aceitarem a integração 'de facto' significa que a posição está assumida só se os EUA o quiserem. É possível dizer "*Olhem, nunca dissemos que podiam invadir legalmente; apenas dissemos* 'que podemos nós fazer?' *e, se a situação*

mudar, poderemos mudar a nossa política".

Por último, uma coisa mudou e o que viram no video é um bom exemplo disso.

Se olharem para as pessoas que estão no video verão que a maioria são jovens de dezasseis, dezassete anos. Provavelmente, estes jovens não teriam ainda nascido quando a Indonésia invadiu Timor-Leste. Não são pessoas que se lembrem do que aconteceu em 1974 e 1975. São pessoas que cresceram sob a lei indonésia. O governo indonésio tem dito durante anos que "*as pessoas mais velhas, as pessoas que viveram na época portuguesa - não temos esperança! Mas faremos muita coisa pelos mais jovens, vamos torná-los indonésios. Tornar-se-ão nossos irmãos*". O que aconteceu nestas últimas semanas, se não muito antes, torna absolutamente claro que esta política redundou num completo fracasso. Estas crianças, nascidas sob a lei indonésia, estão a lutar contra esta mesma lei. Da mesma forma que, cinquenta ou sessenta anos atrás, jovens indonésios, a quem foi dada uma boa educação pelos governos coloniais holandeses, sentiram o apelo do nacionalismo e começaram o movimento nacionalista contra a lei holandesa que, entre 1945 e 1949, depois duma luta acesa, levou a uma Indonésia independente.

Penso que é muito importante que os EUA percebam isto. É ainda mais importante que os jovens indonésios o percebam. Aquilo que tornou o seu país independente em 1945, exactamente o mesmo processo, vai originar um Timor-Leste livre.".

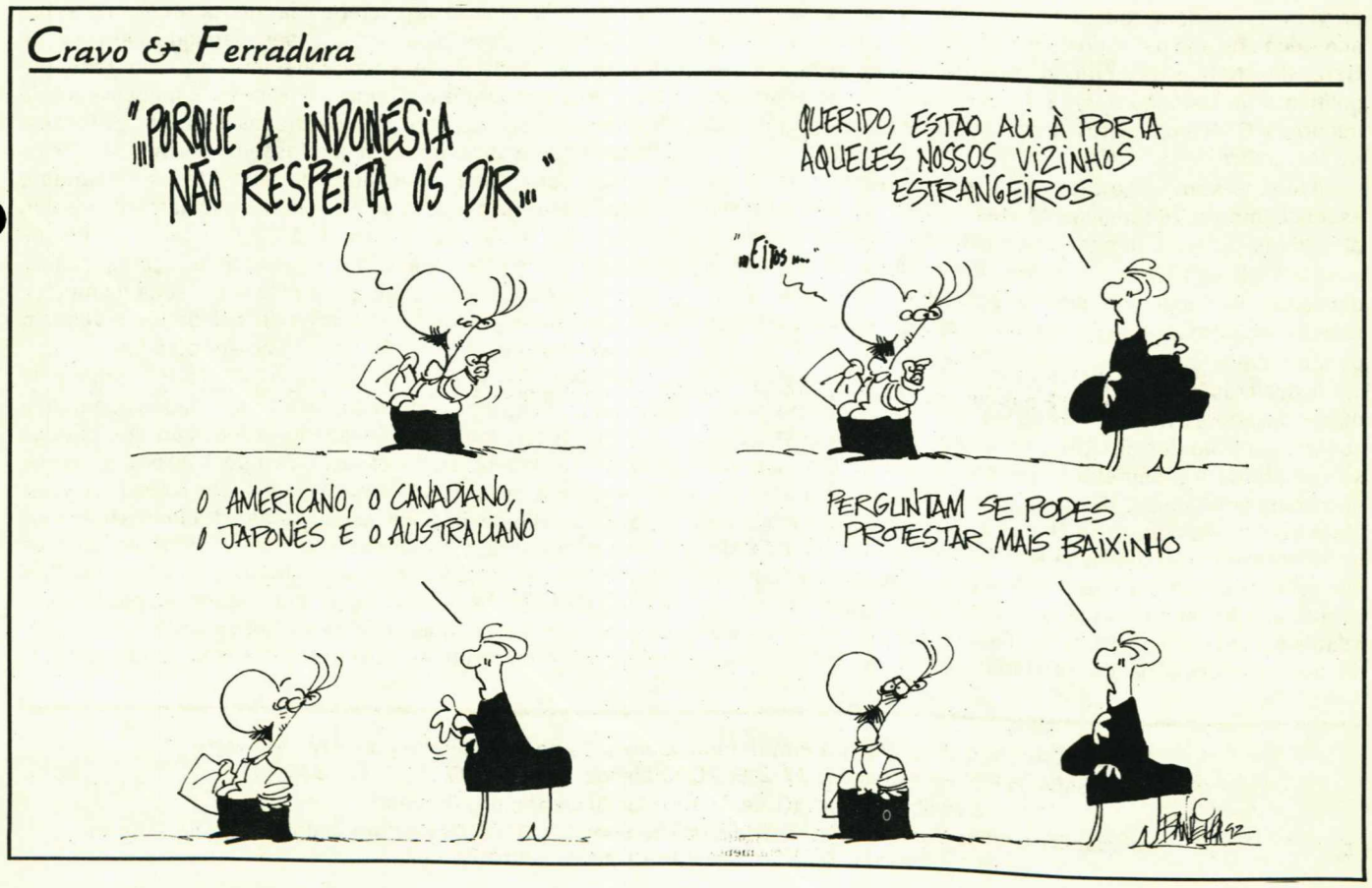
O Teste de Genebra

Este ano, a sessão da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da ONU foi seguida como nunca por todos os que intervêm na questão de Timor-Leste. No final de grandes esforços, provindos de todos os lados, os representantes de Portugal e da Indonésia reclamaram vitória, a Resistência timorense e a solidariedade internacional sentiram o amargo da impunidade perante crimes de genocídio praticados regularmente há quase duas décadas. Que peso tem realmente o resultado obtido em Genebra na luta pelos direitos do povo maubere?

OS "GRANDES" TÊM MEDO DE VOTAR

Quando confirmaram que a Comunidade Europeia tinha subscrito um projecto de resolução elaborado por Portugal, concertaram as formas de sabotagem. Objectivo: não serem obrigados a votar, pois ser-lhes-ia difícil dizer "não" ao direito internacional - e aos 30 países apoiantes da proposta de resolução - e dizer "sim" à condenação da amiga Indonésia. A Austrália fez campanha aberta e descarada pelas razões do seu vizinho. O Japão tratou do mesmo assunto pela calada, escondendo-se atrás de diplomáticos sorrisos. Os EUA e o Canadá deixaram-se ficar para o fim e desferiram os seus golpes na fase derradeira do processo. Quase tudo foi utilizado: almoços e jantares, promessas e trocas de votos, muita contra-informação.

A CDH e as semanas que se lhe seguiram, trouxeram um elemento novo à luta do povo de Timor-Leste no campo diplomático: clarificaram-se os apoios de Jacarta, a tal ponto eles se declararam inequivocamente a favor da violação dos direitos humanos, contra as responsabilidades assumidas por


Cravo & Ferradura
"PORQUE A INDONÉSIA NÃO RESPEITA OS DIR..."
O AMERICANO, O CANADIANO, O JAPONÊS E O AUSTRALIANO
QUERIDO, ESTÃO ALI À PORTA AQUELES NOSSOS VIZINHOS ESTRANGEIROS
"EIOS..."
PERGUNTAM SE PODES PROTESTAR MAIS BAIXINHO

Diário de Notícias, 4/3/92

Portugal na sua qualidade de Potência Administrante, contra o direito internacional e a Carta das Nações Unidas.

ESTRATÉGIA POLÍTICA E DIPLOMACIA

Depois de um primeiro momento de confusão, declarações contraditórias e aberrantes para a sua própria imagem por parte dos militares, a administração indonésia conseguiu estabelecer uma estratégia na qual empenhou elevados meios a todos os níveis. O Presidente Suharto, regressado mais cedo do que se previa da volta pela América Latina e África, impôs uma vez mais a sua lei e ditou a linha de actuação, firme e flexível simultaneamente, de acordo com os resultados que se fossem obtendo.

A percepção era clara: Santa Cruz recolocara a questão de Timor-Leste nas bocas do mundo e certos governos amigos chegaram ao ponto de anunciar o corte de novas ajudas económicas a Jacarta. Momento grave, incompatível com um simples encolher de ombros ou com o meter a cabeça debaixo da areia. Definiram-se os objectivos: reduzir o massacre à categoria de incidente, tratá-lo ao nível doméstico pois Timor-Leste continua a ser, tão-só, a "27ª Província" da Indonésia, recuperar os apoios ameaçados, preparar a "normalidade" em Tim-Tim e retocar a imagem desfigurada do país.

Soube Portugal definir uma estratégia? Começou mal pelo facto de ter anunciado de ânimo leve a suspensão da Missão Parlamentar: apenas se ouviu o suspiro de alívio, nenhuma acção diplomática foi planeada para explicar a decisão e contrabalançar as posições indonésias. Um mês depois do massacre, a Potência Administrante articulou um "plano secreto" e já em Janeiro o Ministro dos Negócios Estrangeiros enviou ao novo Secretário-Geral da ONU uma proposta cujos contornos não são ainda claros.

Da experiência dos últimos anos e nada o desmente por enquanto, a Indonésia preocupa-se sobretudo com uma estratégia política, colocando a diplomacia ao seu serviço. Portugal parece seguir o caminho inverso, ao dar a prioridade à acção diplomática enquanto um conjunto de acontecimentos previsíveis (e nem todos devidamente trabalhados, como aconteceu no ano passado com a 3ª Comissão da Assembleia Geral das NU) e descurando ou enfraquecendo o domínio político (a declaração dos 12 aprovada em Lisboa enquanto decorria a CDH é um claro retrocesso numa estratégia pós-12 de Novembro).

Além disso, a diplomacia portuguesa tem sido essencialmente defensiva. Muitas vezes parece não ter objectivos próprios, limitando-se a tentar "perder o menos possível". E fica contente com cada «round», desde que a dignidade nacional não seja directamente afectada. Tem tendência a sobrestimar os efeitos de aparelho e a subestimar os efeitos políticos.

A declaração de Genebra é um bom exemplo: é verdade que se assegura o mecanismo de vigilância das Nações Unidas sobre a violação dos direitos do homem em Timor-Leste, que se compromete o Secretário-Geral a apresentar um relatório escrito na próxima sessão da CDH. No entanto, tal como era objectivo fundamental de Jacarta, o massacre de 12 de Novembro está reduzido à categoria de incidente, a Indonésia não foi condenada, a exigência de uma investigação imparcial e credível foi abandonada (aceitando-se implicitamente o relatório da missão nacional de inquérito e a versão indonésia de que não deve haver interferência nos seus "assuntos internos") e as referências, mesmo indirectas, à questão política de fundo - o direito à autodeterminação, que constitui o primeiro dos princípios mencionados na Declaração Universal dos Direitos do Homem - não constam da declaração.

É claro que estes aspectos, cujos efeitos podem ser explorados de imediato, aliados ao facto de a forma adoptada pela CDH ter sido a mais branda possível (uma declaração do Presidente por consenso), vão produzir efeitos nocivos nas pretensões portuguesas. Viu-se o que aconteceu no Senado americano, dois dias depois da declaração de Genebra: reiterado todo o apoio a Jacarta, incondicionalmente.

A FAZER, PENSADAMENTE, É QUE A GENTE SE ENTENDE

Solicitar ao Secretário-Geral que apresente um relatório escrito é certamente importante. Mas com base em que informação poderá ele fazê-lo? Há o relatório do relator especial contra a tortura (que, sendo simultaneamente o chefe da delegação da Holanda na CDH teve de "balancear" o mais possível as suas conclusões), oficialmente apresentado no final de Janeiro. Há o relatório do seu próprio enviado especial, cujo conteúdo não é conhecido. Haveria os testemunhos dos timorenses, que já declararam assumir o risco de falar se lhes forem dadas garantias mínimas de segurança e se o fizerem perante inquiridores internacionais e imparciais. Há os testemunhos de observadores directos estrangeiros, que foram sistematicamente desprezados no que se refere ao massacre de Santa Cruz. Há as informações indonésias. E há a declarada (em anos anteriores, por exemplo junto do Secretariado da ONU em Nova Iorque) incapacidade da Potência Administrante em fornecer informação directa.

A medida prevista na declaração de Genebra de que sejam autorizadas a entrar em Timor-Leste as organizações humanitárias e de direitos humanos (sem especificar quais - ficará ao critério da Indonésia?) pode ser essencial neste processo. Mas para já, e pela primeira vez desde Janeiro de 1989, o território foi oficialmente encerrado aos jornalistas.

A CDH expressou a sua esperança de que o Governo indonésio clarificasse as discrepâncias que permanecem sobre o número de pessoas mortas e desaparecidas em 12 de Novembro, declarou-se encorajada pelo anúncio feito por Jacarta de que levaria a tribunal os militares responsáveis pelo "incidente", apelou para que os presos timorenses fossem tratados humanamente, para que fossem libertados todos os que não estivessem envolvidos em actividades violentas e para que aqueles que fossem submetidos a julgamento vissem assegurada a sua defesa legal. Mas enquanto os presos políticos estão já a ser julgados (alguns ao abrigo da lei anti-subversão que implica como pena máxima a pena de morte), sem nenhumas garantias, as autoridades ainda não revelaram sequer os nomes dos militares que vão ser punidos.

Perante este quadro, é preciso AGIR. Todos: órgãos de soberania, instituições da sociedade civil, cidadãos de todo o mundo. Denunciemos a ilegalidade, a violação dos direitos humanos e a má-fé, exijamos justiça e reposição da legalidade. É preciso que os presos sejam libertados, que o território volte a abrir, que as organizações humanitárias e de direitos humanos possam entrar em Timor-Leste e falar livremente com os timorenses, que seja realizado um inquérito imparcial e credível ao massacre de 12 de Novembro, que cessem as prisões e os desaparecimentos, que se iniciem conversações sem pré-condições com todas as partes interessadas no processo. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2°E, 1000 Lisboa, Tel: 3528718, Fax: 534009
E-mail: gn!cdpm (GreenNet), cdpm@gn.apc.org (Internet)
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 600$00
Registo: DGCS nº 112094 Dep. Legal nº 25317